

APRESENTAÇÃO

Ambiente e Sociedade: uma questão antiga, um novo campo

A chegada da “questão ambiental” na academia não é recente. Um olhar retrospectivo revela que os elementos teórico-conceituais e mesmo as análises sobre impactos da ação humana sobre o ambiente natural estão presentes e sedimentados na tradição universitária moderna. No pensamento econômico-social, encontramos pistas para reflexões atuais sobre limites físicos da natureza já em Ricardo; e sobre o desequilíbrio entre necessidades e disponibilidades, em Malthus. Nas ciências naturais, a contribuição de Haeckel, que lança a idéia de ecossistema – onde diferentes formas de vida interagem com o meio – é um marco, ainda na primeira metade do século XIX.

Um balanço da contribuição da Universidade para o entendimento do que hoje entendemos como “questão ambiental” mostra-nos, entretanto, que por cerca de dois séculos a lógica que moveu o conhecimento foi principalmente utilitarista, produtivista. Prevaleceu a busca da maximização dos rendimentos da apropriação dos “recursos” oferecidos pela natureza. Rompendo com outras formas de entender e mesmo prescrever a conduta humana, a ciência (e suas aplicações técnicas) esteve voltada à lógica da produção de valores de troca.

Foi preciso uma série de vicissitudes, como a bomba atômica lançada sobre Hiroshima, para que ganhasse espaço um pensamento crítico sobre limites físicos e éticos do “progresso” das ciências.

Desde o pós-Segunda Guerra Mundial, vem se formando um novo campo científico, que foge ao recorte tradicional como as ciências se institucionalizaram no tecido acadêmico. Na contracorrente da fragmentação e do auto-confinamento em departamentos cada vez mais especializados e menos inteligíveis para o público

externo, temas tipicamente interdisciplinares passaram a chamar a atenção de uma crescente comunidade de cientistas. Tal movimento obedeceu à consciência de que alguns problemas emergenciais da humanidade não se resolviam (ao contrário, se agravavam) no âmbito do *modus operandi* da produção de conhecimentos. Se as vezes que alertavam para esse impasse eram raras e até mesmo dissonantes – pelo mal-estar que provocavam – com a multiplicação de casos extremos e acidentes que mobilizaram a opinião pública mundial, ampliou-se consideravelmente a legitimidade do pensamento que passou a ser chamado de *ambiental*. A tragédia da Baía de Minamata, no Japão, os efeitos colaterais do medicamento Talidomida, o vazamento nuclear de Tchernobyl, o derramamento de petróleo do Exxon Valdez, são apenas exemplos eloqüentes de fatos que inquietaram o mundo.

Paralelamente à crise energética, que se tornou evidente com o choque do petróleo da década de 1970, ficou claro também a finitude das fontes de matérias primas e a difícil gestão dos efeitos residuais do crescimento econômico (lixo, degradação do meio natural, mudanças climáticas, doenças, para não falar nas desigualdades sociais). O enfrentamento de tais desafios constituiu imediatamente um atrativo a que centros de produção de tecnologias (de produto e de processo) passassem a buscar fórmulas de corrigir e também de evitar disfunções do processo de produção de riquezas materiais.

No ambiente universitário, a crise ambiental do final do século XX representou um fator que, lentamente, foi atraindo o interesse de pesquisadores e docentes de diferentes áreas do conhecimento. Primeiramente, foram as ciências biológicas, a engenharia sanitária, a química e as ciências agrárias que passaram a incorporar a degradação ambiental como objeto de estudo. Mais tarde, também a economia, o direito, a educação e as ciências da terra incorporaram o tema dentro de seus universos de estudo. Com a chegada das ciências sociais (antropologia, sociologia, história e geografia) a questão assume uma outra dimensão, na medida em que ficava evidente o imperativo de tratar o meio ambiente dentro de enfoques interdisciplinares. Isso rompia com paradigmas cristalizados no meio acadêmico, em particular a crença de que a excelência da produção de conhecimentos se dá na razão direta da disciplinarização das estruturas de pensamento.

O debate que marca os anos 1980 e 1990 se caracteriza pela disputa de espaço entre os enfoques disciplinares da questão ambiental e o surgimento de uma corrente identificada como “ciências ambientais”. Na verdade, o resultado desse processo tem levado à constatação de que, embora o estudo do meio ambiente, em seu sentido amplo, já constitua um *campo* específico do saber, não se trata necessariamente de uma nova disciplina. É, tão-somente, um espaço interdisciplinar, um ambiente de pesquisa, ensino e produção de conhecimentos, que permite a interface de diversos campos, em torno de objetos cujo tratamento exige tratamento multidimensional. Nesse sentido, embora uma boa parte das áreas do conhecimento e das disciplinas tenham possíveis pontos de tangência com a questão ambiental, nem todas elas são, em sua essência, *ciências do ambiente*. Exemplo é a biologia, que tem foco na vida, mas que nem todo seu universo trata do meio ambiente em si. Entender a dinâmica de funcionamento de uma forma de vida, como uma planta, é elemento necessário para a compreensão do ambiente, em termos gerais; mas não é suficiente: é preciso também considerar aspectos que são tratados em outros campos do saber, como a economia e o clima. O campo interdisciplinar que trata a questão ambiental é, portanto, definido como o território do saber que reúne condições necessárias e suficientes para o entendimento da dinâmica das relações entre o Homem e o meio onde vive.

Para a prática da interdisciplinaridade no meio acadêmico, é preciso que se vençam alguns obstáculos. O primeiro deles é o da institucionalização. Em tempos de legitimação baseada na consagração “por pares”, a inexistência de uma comunidade devidamente consolidada e possuidora de regras validadas implica o risco de formação de uma imagem externa de pouca consistência e mesmo de *não-ciência*. Isso por conta da própria natureza generalista do tratamento dado ao objeto de estudo. Tal óbice pode ser traduzido na expressão “juízo pelos ímpares” (a cobrança de condutas adversas aos propósitos definidos, algo como exigir identidades efetivas diferentes à auto-identidade), que representa um fardo a penalizar o pensamento ambiental.

Outro obstáculo, que agrava a institucionalização do campo ambiental, resulta da crise financeira da Universidade. Na ausência

de recursos para o surgimento de novas áreas, as reações corporativas são fortes e se apegam a preconceitos para rejeitar riscos de uma possível partilha dos meios disponíveis. Trata-se aqui de uma prática que vem marcando não só o quadro da Universidade brasileira. É, também, um fenômeno mundial. E pode ser qualificado, de forma lacônica, na expressão “narcisismo acadêmico”, configurado pela aversão a “tudo o que não é espelho” (para parafrasear o poeta Caetano).

Vale assinalar, entretanto, que apesar das dificuldades, os espaços interdisciplinares em geral, e o campo ambiental, em particular, têm sido os que mais vêm crescendo nos últimos anos, tanto em número de cursos quanto em termos de demandas por formação de mestres e doutores. Isso é alvissareiro, pois se uma lição se tira da crise da Universidade deixada como herança ao século XXI, esta é a de que exageramos na busca da especialidade e negligenciamos a visão de conjunto. Portanto, que sejam bem-vindas as experiências interdisciplinares!

Os textos que compõem o presente número da revista *Sociedade e Estado* foram selecionados a partir de uma chamada de artigos à qual responderam cerca de 50 autores. O alto nível de qualidade dos trabalhos que foram submetidos aos pareceristas revela o grau de maturidade da pesquisa nesse campo. Chama a atenção o fato de que o universo de formação dos autores é bastante amplo. Isso confirma a idéia de que o campo ambiental, mesmo quando circunscrito à esfera socioambiental – que é o foco do presente número – pode e deve ser do interesse de profissionais vinculados a diferentes espaços institucionais. A intenção é que o debate, tipicamente interdisciplinar, seduza estudiosos de várias disciplinas. Afinal, para se resolver boa parte dos problemas da humanidade, temos de somar competências de diversos campos.

*Marcel Bursztyn**

* Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social, professor da UnB, presidente da Capes/MEC.